

Videolar S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2014 e 2013**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	10



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Videolar S.A.
Manaus - AM

Examinamos as demonstrações financeiras da Videolar S.A. (“Companhia”), individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Videolar S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 27 de março de 2015.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in blue ink that reads 'Mateus de Lima Soares'.

Mateus de Lima Soares
Contador CRC RJ-079681/O-0

Videolar S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	140.337	21.964	251.107	86.740
Contas a receber	10	122.321	160.610	548.711	371.165
Estoques	11	224.534	215.283	388.492	249.250
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	29.e	2.560	2.951	10.323	2.951
Impostos a recuperar	12	23.104	49.923	26.229	53.580
Outras contas a receber		3.645	19.573	13.355	28.646
Despesas antecipadas		973	795	3.367	873
		<u>517.474</u>	<u>471.099</u>	<u>1.241.584</u>	<u>793.205</u>
Não circulante					
Outras contas a receber longo prazo	13	12.512	-	74.192	-
Depósitos judiciais	20	15.594	16.015	24.887	16.054
		<u>28.106</u>	<u>16.015</u>	<u>99.079</u>	<u>16.054</u>
Participação em empresas controladas	14	721.164	91.834	-	-
Propriedade para investimento	15	24.009	-	24.009	-
Imobilizado	15	734.204	796.112	1.136.747	840.675
Intangível	16	8.282	8.166	325.968	18.681
		<u>1.487.659</u>	<u>896.112</u>	<u>1.486.724</u>	<u>859.356</u>
		<u>1.515.765</u>	<u>912.127</u>	<u>1.585.803</u>	<u>875.410</u>
		<u>2.033.239</u>	<u>1.383.226</u>	<u>2.827.387</u>	<u>1.668.615</u>

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	245.314	208.045	261.419	208.045
Fornecedores	18	242.226	173.800	282.837	184.973
Obrigações com pessoal e encargos sociais		9.549	9.667	24.873	13.294
Obrigações fiscais		3.494	2.129	12.801	3.052
Royalties a pagar	22	7.110	6.190	10.330	7.668
Investimentos a pagar	21	133.784	11.875	133.784	11.875
Dividendos e participações		-	-	-	13.401
Cessão de direitos autorais	19	192	192	185.356	250.593
Outras obrigações		8.489	14.603	14.810	18.896
		<u>650.158</u>	<u>426.501</u>	<u>926.210</u>	<u>711.797</u>
Não circulante					
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	29.a	21.037	20.298	129.400	20.298
Empréstimos e financiamentos	17	736.201	211.976	736.201	211.976
Provisão para contingências	20	15.177	21.555	77.894	21.609
		<u>772.415</u>	<u>253.829</u>	<u>943.495</u>	<u>253.883</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	23				
Reservas de lucros/ Prejuízos Acumulados	23.a	555.381	555.381	555.381	555.381
Ajuste de avaliação patrimonial	23.c	-	23.448	-	23.448
	23.b	78.733	78.978	78.733	78.978
		<u>610.666</u>	<u>702.896</u>	<u>610.666</u>	<u>702.896</u>
Patrimônio líquido atribuível aos controladores					
		<u>610.666</u>	<u>702.896</u>	<u>610.666</u>	<u>702.896</u>
Participação de não controladores					
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>347.016</u>	<u>39</u>
		<u>1.383.081</u>	<u>956.725</u>	<u>1.901.177</u>	<u>956.818</u>
		<u>2.033.239</u>	<u>1.383.226</u>	<u>2.827.387</u>	<u>1.668.615</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Videolar S.A.

Demonstrações de resultado

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2014	2013	2014	2013
Operações Continuadas					
Receita operacional líquida	24	820.861	755.481	1.053.962	755.481
Custo das vendas	25	<u>(712.525)</u>	<u>(625.877)</u>	<u>(906.775)</u>	<u>(625.877)</u>
Lucro operacional bruto		108.336	129.604	147.187	129.604
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de vendas		(3.938)	3.601	(23.224)	3.588
Despesas administrativas	26	(18.155)	(125.084)	(18.356)	(127.067)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(6.308)	16.329	-	-
Realização de mais valia e AVP		(5.722)	(2.079)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	<u>(43.515)</u>	<u>30.331</u>	<u>(40.703)</u>	<u>30.331</u>
		<u>(77.638)</u>	<u>(76.902)</u>	<u>(82.283)</u>	<u>(93.148)</u>
Receitas financeiras	28	7.643	7.471	8.723	7.471
Despesas financeiras	28	(18.594)	(9.407)	(20.213)	(9.506)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	28	<u>(49.172)</u>	<u>(30.950)</u>	<u>(49.770)</u>	<u>(30.950)</u>
Receita (despesas) financeiras líquidas	28	(60.123)	(32.886)	(61.260)	(32.985)
Propriedade para investimento					
Resultado antes dos impostos		(29.425)	19.816	3.644	3.471
Imposto de renda e contribuição social		-	-	3.153	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.b	<u>(740)</u>	<u>19.391</u>	<u>(1.007)</u>	<u>19.391</u>
Resultado líquido das operações continuadas		<u>(30.165)</u>	<u>39.207</u>	<u>5.790</u>	<u>22.862</u>
Operações descontinuadas					
Resultado líquido das operações descontinuadas	32	<u>(62.065)</u>	<u>(29.472)</u>	<u>(86.201)</u>	<u>(13.135)</u>
Participação de não controladores		-	-	11.819	8
Lucro do exercício		<u>(92.230)</u>	<u>9.735</u>	<u>(92.230)</u>	<u>9.735</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Videolar S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2014	2013	2014	2013
Resultado do exercício	(92.230)	9.735	(92.230)	9.735
Resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social		-		-
Resultado abrangente total	(92.230)	9.735	(92.230)	9.735
Resultado abrangente atribuível aos				
Acionistas controladores	-	-	(92.230)	9.727
Acionistas não controladores	-	-	11.819	-
Resultado abrangente total	<u>(92.230)</u>	<u>9.735</u>	<u>(80.411)</u>	<u>9.727</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Videolar S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores							Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	
	Capital social		Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucro			Total			
	Capital social	(-) Capital social a integralizar		Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros				Lucros/ (prejuízos) acumulados
Saldo em 01 de janeiro de 2013	555.381	(19.376)	79.223	2.318	13.982	42.257	-	673.785	34	673.819
Capitalização ágio emissão ações AGO/AGE 04/2012										
Dividendos pagos conforme AGE 04/2012										
Realização de Ajuste de Reavaliação patrimonial	-	-	(245)	-	-	-	245	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	9.735	9.735	-	9.735
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5
Constituição do incentivo fiscal	-	-	-	-	9.493	(9.493)	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	487	-	-	(487)	-	-	-
Integralização de Capital	-	19.376	-	-	-	-	-	19.376	-	19.376
Saldos em 31 de dezembro de 2013	555.381	-	78.978	2.805	23.475	42.257	-	702.896	39	702.935
Realização de Ajuste de Reavaliação patrimonial	-	-	(245)	-	-	-	245	-	-	-
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	(92.230)	(92.230)	11.819	(80.411)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	335.158	335.158
Compensação do prejuízo do exercício	-	-	-	-	(23.475)	(42.257)	65.732	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	555.381	-	78.733	2.805	-	-	(26.253)	610.666	347.016	957.682

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Videolar S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Fluxos de caixa proveniente das operações				
Lucro líquido do exercício	(92.230)	9.735	(92.230)	9.735
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais				
Depreciação e amortização	32.851	32.441	53.283	40.572
Imposto de renda diferido e corrente	739	(19.390)	4.750	(19.390)
Resultado de equivalência patrimonial	6.308	(16.329)	-	-
Provisão para contingências	(6.378)	7.771	(6.341)	7.825
Baixa do ativo imobilizado e intangível	62.379	131.661	98.165	131.267
Provisão para perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	3.413	(1.328)	3.413	(1.289)
Provisões para obsolescência	1.921	594	1.921	594
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos com empresas ligadas, financiamentos e obrigações fiscais, e depósitos judiciais, líquido	107.109	33.703	107.109	33.575
	116.112	178.858	170.070	202.889
Redução (aumento) nos ativos				
Duplicatas e títulos a receber	34.876	(61.893)	97.075	(62.923)
Aplicações financeiras	-	-	-	6.819
Estoques	(11.172)	(60.703)	35.862	(46.787)
Impostos a recuperar	27.210	20.897	40.727	17.677
Outros	3.659	(5.826)	(36.687)	(13.735)
	54.573	(107.525)	136.977	(98.949)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	68.426	(3.007)	55.698	817
Investimentos a pagar	121.909	(11.875)	121.909	(11.875)
Royalties a pagar	920	83	2.662	1.561
Salários e encargos sociais	(118)	1.261	(4.505)	2.504
Cessão de direitos autorais	-	-	(65.237)	13.588
Outros	(4.749)	1.049	(28.828)	(8.434)
	186.388	(12.489)	81.699	(1.839)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	357.073	58.844	388.746	102.101
Aquisições de intangível				
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos				
Aquisições de imobilizado	(56.938)	(168.080)	(25.831)	(174.856)
Aquisições de intangível	(509)	(13)	(4.888)	1.660
Aquisição de investimentos	(635.638)	731	(663.131)	-
Caixa gerado na combinação de negócios - Innova	-	-	27.607	-
Recursos líquidos das provisões das atividades de investimento	(693.085)	(167.362)	(666.243)	(173.196)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento				
Captação de financiamentos	837.702	181.380	815.654	181.380
Pagamento de financiamentos e juros	(383.317)	(88.475)	(373.790)	(88.475)
Integralização de capital	-	19.376	-	19.376
Dividendos pagos	-	(11.875)	-	(15.558)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamento	454.385	100.406	441.864	96.723
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	118.373	(8.112)	164.367	25.628
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.964	30.076	86.740	61.112
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	140.337	21.964	251.107	86.740
Variação no caixa e equivalentes no exercício	118.373	(8.112)	164.367	25.628
	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações sobre o Grupo e contexto operacional

A Videolar S.A. (“Videolar”, “Companhia”, e “Controladora”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado da sede social da Companhia fica na Avenida Açaí, nº 287, Distrito Industrial, CEP 69041-025, localizada em Manaus - AM. A Companhia atua no segmento de Resinas Plásticas (Poliestireno), atendendo clientes dos setores de Eletroeletrônicos, Plásticos, Descartáveis, Alimentos, entre outros. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como ‘Grupo’ e individualmente como ‘entidades do Grupo’).

Em 2012 expandiu seus negócios e finalizou a construção de uma nova Unidade Industrial (Unidade Fazenda Vitória) em uma área de 289.000 m², com uma área construída de 69.000 m².

Esta Unidade tem como finalidade principal a produção dos filmes de BOPP (filme de polipropileno bi-orientado), com ampla utilização em embalagens plásticas no ramo alimentício e industrial.

Fazem parte dos novos segmentos de negócios, que já estão sendo industrializados, a produção de tampas plásticas, chapas de PP (polipropileno), PS (poliestireno) e PP cast (Filme de polipropileno).

Em outubro de 2014, com a aquisição de 60% de participação acionária da Innova S.A., junto a Petrobrás, a Videolar se consolida no segmento Petroquímico.

A Innova S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem sua planta localizada na cidade de Triunfo, Rio Grande do Sul, e sua sede administrativa localizada em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Suas principais atividades são a fabricação e comercialização de estireno e poliestireno.

Em junho de 2014 a Videolar encerrou suas atividades do segmento de Mídias Virgens (CD-R, DVD-R e pen-drives), das marcas Nipponic® e Emtec®, focando seus negócios no ramo petroquímico e de plástico.

Também em dezembro de 2014, a Videolar descontinuou as atividades de Mídia Gravada, que operava por meio da empresa AMZ Mídia S.A., deixando de realizar as seguintes atividades: (a) fornecimento de tecnologia baseada em mídia óptica digital por meio de soluções de última geração para toda a cadeia de suprimento da indústria fonográfica, cinematográfica, de software e outras; (b) fabricação e distribuição no Brasil de produtos de mídia óptica, tais como Discos Compactos (CDs) e Discos de Vídeo Digital (DVDs) e Blu-rays.

Em que pese a decisão da administração em descontinuar o negócio no que se refere as atividades acima mencionadas, a Controlada AMZ, enquanto pessoa jurídica, continuará existindo possibilitando a realização de seus ativos e a liquidação dos seus passivos considerando os direitos e obrigações assumidos antes e depois da interrupção de suas atividades operacionais.

Anteiramente, o pressuposto da continuidade operacional foi utilizado de forma adequada pela administração do Grupo na elaboração das demonstrações financeiras. O evento que levou a decisão da interrupção das atividades operacionais por parte da administração do Grupo foi a perda do cliente que não estava prevista anteriormente.

Neste sentido, a aplicação do pressuposto de continuidade operacional é inapropriado nas circunstâncias, sendo as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 elaboradas em uma base que reflete os efeitos da decisão anteriormente mencionada. Assim, as referidas demonstrações financeiras devem ser lidas e interpretadas sobre esta perspectiva. Para um melhor entendimento, apresentamos a seguir os aspectos mais relevantes que reflete os efeitos de tal decisão.

- a) Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal e contribuição social - estes créditos tributários não foram contabilizados no ativo da Controlada AMZ, tendo em vista a interrupção das atividades operacionais e conseqüentemente a não existência de lucros tributáveis futuros. Os referidos créditos continuam elegíveis enquanto direito da Controlada seguindo a legislação fiscal atualmente vigente;
- b) Incentivos fiscais - Tendo em vista a continuidade das operações comerciais, os incentivos fiscais, não serão cancelados, até a conclusão de todos os processos.
- c) Impairment de ativos - A Companhia procedeu o cálculo de Impairment sob a perspectiva de interrompimento das atividades operacionais em suas projeções tendo como consequência perdas de redução ao valor recuperável para os ativos imobilizado reconhecidos no resultado do exercício (vide nota explicativa nº 15);
- d) Segregação entre circulante e não circulante - tendo em vista a continuidade da pessoa jurídica da Controlada AMZ e a natureza dos ativos e passivos envolvidos, a segregação não considerou bases especiais seguindo as mesmas bases do exercício anterior;
- e) Provisões - foram levadas em consideração todas as provisões necessárias para refletir a descontinuidade da operação.

A Administração do Grupo espera um fluxo de caixa após a interrupção das atividades operacionais suficiente para atender as obrigações assumidas pela Controlada, não havendo necessidade de captação de recursos com terceiros.

2 Empresa do Grupo

Empresas	País	%	
		2014	2013
AMZ Mídia Industrial S.A.	Brasil	99,95%	99,95%
Innova S.A.	Brasil	60%	-

Aquisição de controladas e participações de não controladores

Em 31 de outubro de 2014 a Companhia adquiriu o controle da Innova S.A. (“Innova”), empresa do ramo petroquímico que fabrica e comercializa estireno e poliestireno.

Estão sendo adquiridas 38.008.513 ações ordinárias, que representam 60% do capital social da adquirida. As demais ações, 19.591.487 ordinárias e 5.747.521 preferenciais, totalizando 25.339.008, foram adquiridas pela L. Partisotto Ltda, representando os 40% restantes do capital.

Desde a aquisição até 31 de dezembro de 2014, a Innova S.A. contribuiu com uma receita bruta no consolidado de R\$ 299.371 e lucro de R\$ 17.788.

(i) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Innova S.A. na data da aquisição é apresentado a seguir:

	Valor contábil	Valor justo	Valor justo reconhecido na aquisição
Ativos			
Estoque	177.025	5.658	182.683
Contas a receber	278.034	-	278.034
Imposto diferido	10.272	(10.272)	-
Imobilizado	240.082	170.123	410.205
Intangível	2.981	169.252	172.233
Ativo indenizatório	-	51.868	51.868
Outros	88.056	-	88.056
	796.450	386.629	1.183.079

Videolar S.A.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2014 e 2013*

	Valor contábil	Valor justo	Valor justo reconhecido na aquisição
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	(44.785)	-	(44.785)
Fornecedores	(41.402)	-	(41.402)
Provisões	(12.727)	(59.770)	(72.497)
Passivo fiscal diferido	-	(104.352)	(104.352)
Outros	(54.155)	-	(54.155)
	(153.069)	(164.122)	(317.191)
	643.381	222.507	865.888

Total de ativos identificáveis líquidos	643.381
Diferença do valor justo	222.507
Ágio na aquisição	239.331
Total da contraprestação	1.105.219

O contrato de aquisição da Innova previa um cálculo de ajuste de preço, entre a data inicial da negociação (que ocorreu em 30 de setembro de 2013) até o momento da aprovação pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica e a efetiva realização da operação, que ocorreu em 31 de outubro de 2014. O passivo assumido, referente a esse ajuste de preço, é de R\$222.974 e tem pagamento previsto para o final do mês de março de 2015. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo do passivo dos 60% da Videolar referente ao ajuste de preço totaliza R\$133.784(i) / nota 21.

O valor total da contraprestação do investimento da Videolar e da L. Parisotto Ltda, a valor justo na data da aquisição, totaliza R\$1.105.219, sendo R\$663.131 (ii) Videolar e R\$442.088 L. Parisotto.

No quadro abaixo, apresentamos as aberturas dos valores na proporção de 60% da parte do investimento realizado pela Videolar:

Custo de aquisição (ii)	663.131
Valor inicial	529.347
Ajuste de preço (i)	133.784
Valor justo do ativo líquido	865.888
Patrimônio líquido contábil em 31 de outubro de 2014	643.382
Mais (menos) valia	222.506
Estoque (nota 11)	5.658
Imobilizado (nota 15)	170.123
Relacionamento clientes - Estireno (nota 16)	54.415
Relacionamento clientes - Poliestireno (nota 16)	20.712
Contrato com fornecedor (nota 16)	93.270
Patentes industriais (nota 16)	855
Ativo indenizatório (nota 13)	51.868
Provisões (nota 20)	(59.770)
Passivo fiscal diferido	(114.625)
Proporção adquirida	519.533
Ágio (nota 14)	143.599

Os critérios de avaliação a valor justo dos principais ativos e passivos identificáveis podem ser assim resumidos:

- a. Estoque: No saldo de estoque as matérias primas tiveram o valor justo apurado pelo custo de reposição, mensurado pelo preço da última aquisição ocorrida no próximo mês da data de aquisição (outubro 2014); em relação ao estoque de produtos para venda foi utilizado o conceito de realização líquida, deduzido pelas despesas estimadas para realizar a venda;
- b. Imobilizado: O ativo imobilizado da Innova teve seu valor justo identificado pela Stima Engenharia Ltda, empresa de engenharia especializada em avaliação patrimonial;
- c. Intangível: Dois principais intangíveis foram identificados, ou seja, contratos com fornecedores e relacionamento com clientes;
- d. Contratos com fornecedores: Na data de aquisição, há um contrato junto à Braskem S.A. para o fornecimento de benzeno e eteno, os insumos essenciais para a Innova. Ele tem vigência de preços até abril/2018. O preço contratualmente definido contém desconto em relação ao mercado, de 4,1% para o eteno e 4,71% para o benzeno. Ele representa um ativo identificável, sendo mensurado por uma metodologia conhecida como with or without. Ou seja, seu valor é diferença no valor da Innova com e sem o desconto durante o prazo contratual, sem considerar eventuais renovações;

- e. Relacionamento com clientes: O relacionamento continuado com os clientes origina dois ativos intangíveis identificáveis, os de estireno e os de poliestireno. Para suas mensurações foi utilizada a metodologia do *Multi period excess earnings method* (MPEE). O fluxo de caixa é baseado no índice de retenção, usando o conceito de *run-off* da carteira;
- f. Provisões: Na data da aquisição, foi reconhecido um passivo contingente assumido em combinação de negócio pelo entendimento da existência de uma obrigação presente, que surge de eventos passados, e se o seu valor justo puder ser mensurado com confiabilidade;
- g. Ativo indenizatório: O contrato de compra e venda da presente operação prevê indenização das contingências existentes na data da assinatura do contrato, mas que não foram avisadas ao comprador;
- h. Impostos diferidos: Registra a diferença temporária dos valores de mais ou menos valia identificados anteriormente.

Conforme estabelecido pelo CPC 15, a Companhia possui um período de 12 meses a contar da data de aquisição para completar a alocação final do preço pago, o qual terminará em 31 de outubro de 2015. Caso novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revista.

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados no resultado quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos, se houver em contratos hospedeiros na adquirida.

(ii) Ágio

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Caso a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

O ágio pago compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundo das sinergias decorrentes da aquisição e de ativos intangíveis adquiridos que não são identificáveis na data da aquisição.

É esperado que o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gere benefícios fiscais futuros.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação as normas do CPC)

- As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), em observância à Lei das Sociedades por Ações - Lei das S.A's., considerando as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação de investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente.

A aprovação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2015.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 10 - perda estimada para crédito de liquidação duvidosa
- Nota 15 - Ativo Imobilizado - revisão da vida útil
- Nota 20 - Provisões para contingências
- Nota 29 (a) - Imposto de renda e contribuição social diferidos.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 15 - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- Nota explicativa 20 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recurso.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais

- pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados pelo valor justo;
- as propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo.

7 Principais políticas contábeis

Apresentamos abaixo um índice das principais políticas contábeis as quais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- 7.1 - Base de consolidação
- 7.2 - Receita operacional
- 7.3 - Cessão de direitos a pagar
- 7.4 - Subvenção e assistências governamentais
- 7.5 - Receitas e despesas financeiras
- 7.6 - Moeda estrangeira
- 7.7 - Imposto de renda e contribuição social
- 7.8 - Estoques
- 7.9 - Imobilizado
- 7.10 - Ativos intangíveis e ágio
- 7.11 - Instrumentos financeiros
- 7.12 - Redução ao valor recuperável (Impairment)
- 7.13 - Provisões
- 7.14 - Novas normas e interpretações ainda não adotadas

7.1 Base de consolidação

(i) *Combinação de negócios*

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição, isto é, quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente são registradas no resultado do exercício.

(ii) *Participação de acionistas não-controladores*

A Controladora elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Controladora em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido

(iii) *Controladas*

A Controladora controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iv) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

7.2 Operação descontinuada

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Controladora que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do grupo e que:

- representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- é parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações de resultados e de resultados abrangentes comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

7.3 Receita operacional

(i) Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

(ii) Prestação de serviços

A receita com a prestação de serviços é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de elaboração das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência às pesquisas de trabalhos realizados.

(iii) Incentivos fiscais

A receita decorrente de incentivos fiscais descritos na nota explicativa 31, recebida na forma de ativo monetário, é reconhecida no resultado do exercício, de maneira sistemática, ao longo do período correspondente às despesas incorridas, objeto de compensação desse incentivo. As condições estabelecidas para a manutenção dos incentivos fiscais foram devidamente cumpridas pela Companhia e sua controlada.

7.4 Cessão de direitos a pagar

Por meio de contratos de licenciamento de direitos autorais, a controlada efetua a duplicação, em DVDs, CDs e BDs, de filmes ou músicas e os fatura diretamente aos clientes da própria licenciante, recebendo o numerário e repassando a elas o resultado de acordo com o estabelecido nos contratos de licenciamento. As perdas com os clientes das licenciadoras, quando previsto em contrato, são contabilizadas em contrapartida da conta "Cessão de direitos a pagar (licenciadoras)", quando incorridas.

7.5 Subvenção e assistência governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo do Estado do Amazonas e de que serão auferidas e são registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

A Videolar e a AMZ são beneficiárias dos seguintes incentivos fiscais concedidos pelo Estado do Amazonas e Governo Federal:

a. ICMS

Os créditos por incentivos fiscais relativos ao reembolso do ICMS foram contabilizados no resultado do exercício da Companhia.

b. Imposto de renda

A Companhia e sua controlada possui aprovação de seu empreendimento pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, gozando dos direitos de isenção e redução do imposto de renda e quaisquer adicionais não restituíveis, devendo capitalizar o valor do benefício de acordo com o Decreto-Lei nº 756 de 1969.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia encontrava-se adimplente com todos os requisitos legais para benefício desses incentivos.

c. IPI

IPI - Produtos produzidos na ZFM, Decreto no 7.212/10 artigo 81, inc.II.

d. PIS / Cofins

PIS/COFINS - Lei no 10.996/2004 artigos 3o e 4o.

e. Imposto de importação

Imposto de renda - MP no 2.199-14 artigo 1o, IN no 217, de 9 de outubro de 2002, e com nova redação pela Lei no 11.196, de 2005 artigo 32.

7.6 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros

efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

7.7 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

7.8 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

(ii) Imposto diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias existentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento das demonstrações financeiras e que devem ser aplicadas quando os respectivos imposto de renda e contribuição social diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de imposto de renda e contribuição social ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais.

(iii) *Exposições fiscais*

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia e sua controlada levam em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos. A Companhia e sua controlada acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que levaria a Companhia e sua controlada a mudarem o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações da provisão impactarão a despesa com imposto de renda no exercício em que forem realizadas.

7.9 Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão de obra direta, outros custos diretos e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis, baseados na capacidade operacional normal. A avaliação dos estoques não excede o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

7.10 Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esse seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) *Reclassificação para propriedade para investimento*

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado.

(iii) *Custos subsequentes*

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iv) *Depreciação*

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A vida útil e o valor residual foram revistos em dezembro de 2014.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada em anos, como segue:

	2014	2013
Informática	5	5
Benfeitorias/instalações	10	10
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	10
Móveis e utensílios	10	10
Veículos	5	5
Outros	20	20

7.11 Intangível

(i) *Ágio*

O ágio resultante da aquisição de controladas é apresentado com os ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas.

Mensuração subsequente

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Com relação às investidas registradas pelo método de equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e qualquer perda por redução ao valor recuperável é alocada para o valor contábil do investimento como um todo.

(ii) *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(iii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iv) *Amortização*

Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

- Marcas e patentes 5 anos
- Software 5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

7.12 Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

7.13 Instrumentos financeiros

O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos - mensuração*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento de curto prazo e de alta liquidez, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pelo Grupo na gestão das obrigações de curto prazo.

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital Social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

A Companhia não emitiu ações preferenciais resgatáveis no período.

Os dividendos mínimos obrigatórios ou prioritários, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

7.14 Redução ao valor recuperável - Impairment

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de impairment.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;

- reestruturação de um valor devido a Companhia, em condições que a Companhia não consideraria em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de impairment inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente, então, avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida para o resultado.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

7.15 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

7.16 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Empresa estão mencionadas abaixo:

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Empresa está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e em suas divulgações.

O CPC ainda não editou todos os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e do CFC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória conforme previsto pelas IFRSs.

A Administração da Empresa avaliou as novas normas, ainda não aplicadas, e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

As normas descritas anteriormente foram emitidas, mas ainda não haviam entrado em vigor até 31 de dezembro de 2014. O Grupo pretende adotar tais normas quando entrarem em vigor.

8 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Imobilizado

O valor justo do imobilizado reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

(ii) Ativos intangíveis

O valor justo de ativos intangíveis é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que derivem do uso e possível venda dos ativos.

(iii) Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos, excluindo obra em andamento, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

(iv) Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2014	2013	2014	2013
Disponibilidades	6.379	7.797	22.128	41.470
Aplicação financeira	133.958	14.167	228.979	45.270
	<u>140.337</u>	<u>21.964</u>	<u>251.107</u>	<u>86.740</u>

Aplicação financeira em títulos de renda fixa com remuneração de 75% a 100% do CDI e possuem liquidez imediata.

10 Contas a receber

O saldo do contas a receber inclui os recebíveis dos clientes da Videolar, Innova, bem como os recebíveis da AMZ com as distribuídas, mais as vendas diretas.

A seguir apresentamos os montantes a receber, em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2014	2013	2014	2013
Cientes	139.716	162.846	615.403	400.594
Partes relacionadas (nota 30)	853	12.599	365	8.937
	<u>140.569</u>	<u>175.445</u>	<u>615.768</u>	<u>409.531</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(18.248)</u>	<u>(14.835)</u>	<u>(67.057)</u>	<u>(38.366)</u>
	<u>122.321</u>	<u>160.610</u>	<u>548.711</u>	<u>371.165</u>

A provisão para perda é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para atendimento a eventuais perdas na realização dos créditos, considerando a análise individual dos devedores e cuja inadimplência supera 180 dias, conforme demonstrado no quadro de *aging* abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2014	2013	2014	2013
Valores a vencer	115.517	148.722	503.643	152.457
Valores Vencidos				
até 30 dias	2.677	8.181	29.217	28.213
de 31 a 60 dias	3.153	2.068	9.362	74.226
de 61 a 90 dias	243	768	1.138	51.440
de 91 a 180 dias	4.403	871	9.338	64.829
Acima de 180 dias	14.576	14.835	63.070	38.366
Total Vencido	25.052	26.723	112.125	257.074
Contas a receber	140.569	175.445	615.768	409.531

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Saldo no início do ano	14.835	16.163	50.004	36.316
Complemento de provisão no exercício	4.310	15.834	20.320	19.212
Valores baixados da provisão	(897)	(17.162)	(3.267)	(17.162)
Saldo em 31 de dezembro	18.248	14.835	67.057	38.366

A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato de a composição de clientes finais da Companhia ser altamente diversificada. A Companhia possui mais de 3.000 clientes ativos na carteira e nenhum cliente representa 5% ou mais da receita ou das contas a receber em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

11 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Matéria-prima	63.112	98.288	90.316	104.033
Produtos em elaboração	14.580	8.197	14.580	8.628
Produtos acabados	59.993	90.780	164.862	107.260
Material gráfico e embalagens	760	1.319	2.900	4.116
Outros materiais	-	-	14.388	7.590
Importação em andamento	86.089	16.699	95.784	17.623
Custo de reposição - PPA Innova (nota 2)	-	-	5.658	-
	224.534	215.283	388.492	249.250

A movimentação da provisão para obsolescência é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Saldo do início do ano	(5.918)	(5.324)	(5.918)	(5.324)
Complemento de provisão no exercício	(8.555)	(2.065)	(15.189)	(2.065)
Valores baixados de provisão	6.634	1.471	6.634	1.471
Saldo em 31 de dezembro	(7.839)	(5.918)	(14.473)	(5.918)

Os itens de estoque sem movimentação de saída a mais de noventa dias, são considerados obsoletos, e passam a compor o saldo da provisão. No exercício de 2014 os principais provisionados foram os itens da linha de Mídias Virgens, Mídias Gravadas, e a Linha de Farmaco.

12 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
ICMS a recuperar	3.641	3.735	5.868	3.809
PIS/COFINS a recuperar	-	-	-	3.442
PIS/COFINS processo fiscal (i)	14.482	42.450	14.482	42.450
IPI a recuperar	1.017	1.499	1.280	1.500
Outros	3.964	2.239	4.599	2.379
	<u>23.104</u>	<u>49.923</u>	<u>26.229</u>	<u>53.580</u>

- (i) A Companhia obteve sentença favorável do Mandado de Segurança 2006.3200.005991-8 que versa sobre a exclusão do ICMS da Base do PIS/COFINS, desta forma, este processo esta transitado em julgado, gerando um crédito tributário com saldo de R\$ 42.450 em 31 de dezembro de 2013. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo a recuperar deste processo é R\$ 14.482.

13 Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Custos a amortizar (i)	12.512	-	12.512	-
Outros créditos	-	-	9.812	-
Ativos indenizatórios valor justo (nota) 2 (ii)	-	-	51.868	-
	<u>12.512</u>	<u>-</u>	<u>74.192</u>	<u>-</u>

- (i) A Companhia teve custos com as instituições financeiras, na estruturação dos contratos de empréstimos para aquisição da Innova. Esse custo foi contabilizado no longo prazo, e será amortizado junto com os pagamentos dos contratos de financiamento.
- (ii) A Companhia contabilizou a valor justo, ativos indenizatórios previstos em contrato na data da assinatura da aquisição da Innova, conforme estabelecido pelo CPC 15 gerando um crédito tributário com saldo de R\$ 51.868.

14 Participação em empresas controladas

	Part.	Ativos	Ativos não	Total de	Passivos	Passivos	Patrimônio	Total de			Lucro ou	Participação
	%	circulantes	circulantes	ativos	circulantes	não	líquido	passivos	Receita	Despesas	(prejuízo)	nos lucros/ prejuízos)
AMZ Mídia Incl. S.A.	99,95%	322.588	41.425	364.013	285.563	54	78.396	364.013	512.919	(496.582)	16.337	16.329
31 de dezembro de 2013		<u>322.588</u>	<u>41.425</u>	<u>364.013</u>	<u>285.563</u>	<u>54</u>	<u>78.396</u>	<u>364.013</u>	<u>512.919</u>	<u>(496.582)</u>	<u>16.337</u>	<u>16.329</u>
AMZ Mídia Incl. S.A.	99,95%	248.447	83	248.530	195.780	301	52.449	248.530	376.227	(400.363)	(24.136)	(24.096)
Innova S.A.	60%	476.974	266.573	743.547	80.981	12.941	649.625	743.547	299.371	(269.724)	29.647	17.788
31 de dezembro de 2014		<u>725.421</u>	<u>266.656</u>	<u>992.077</u>	<u>276.761</u>	<u>13.242</u>	<u>702.074</u>	<u>992.077</u>	<u>675.598</u>	<u>(670.087)</u>	<u>5.511</u>	<u>(6.308)</u>

Composição do investimento

	2014	2013
<u>AMZ Mídia Industrial S.A. (i)</u>		
Patrimônio Líquido da Controlada	52.449	78.396
Participação Controladora	100%	99,95%
	52.449	78.357
Ágio na Combinação de Negócio	-	8.804
Mais valia na Combinação de Negócios e AVP	-	4.673
	52.449	91.834
<u>Innova S.A. (ii)</u>		
Patrimônio Líquido da Controlada	649.625	-
Participação Controladora	60%	-
	389.775	-
Ágio na Combinação de Negócio (nota 2.i)	143.599	-
Mais valia na Combinação de Negócios e AVP	135.341	-
	668.715	-
Saldo total Investimento	721.164	91.834

- (i) Em dezembro de 2014, a Videolar descontinuou as atividades de Mídia Gravada, que operava por meio da empresa AMZ Mídia S.A.. Desta maneira, por não haver uma expectativa de lucro futuro nesta operação da AMZ, a Companhia efetuou a baixa dos valores de Ágio e Mais valia, decorrentes da combinação de negócio. A contra partida da baixa do ágio e da mais valia foram registrada no grupo de outras despesas operacionais.
- (iii) Em outubro de 2014, a Companhia adquiriu o controle da Innova S.A. (“Innova”), empresa do ramo petroquímico que fabrica e comercializa estireno e poliestireno. Foram adquiridas 38.008.513 ações ordinárias, que representam 60% do capital social da adquirida. A aquisição gerou um ágio de R\$ 143.599 e uma mais valia no valor de R\$ 135.341.

15 Imobilizado

Controladora

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Instalações industriais	Móveis e utensílios	Equipos de processamento de dados	Veículos	Moldes e ferramentas	Equipamentos de telefonia	Provisão para não recuperação (nota 15a)	Imobilizado em andamento (ii)	Importação em andamento	Spare Parts imobilizado em andamento	Totais
Saldos 31 de dezembro de 2012	99.656	117.898	391.708	77.194	33.268	18.143	539	33.640	1.119	-	340.472	48.483	-	1.162.120
Adições	-	-	1.460	-	56	47	-	4	-	(45.623)	84.667	86.653	-	127.264
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40.816	-	40.816
Baixa	-	-	(13.996)	-	(17.915)	(1.505)	-	(667)	(4)	-	(29.028)	(102.619)	-	(165.734)
Transferência	-	112.662	28.452	45.450	11	57	-	208	-	-	(161.502)	(45.779)	20.441	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos 31 de dezembro de 2013	99.656	230.560	407.624	122.644	15.420	16.742	539	33.185	1.115	(45.623)	234.609	27.554	20.441	1.164.466
Adições	-	-	1.952	36	49	16	-	11	23	(20.239)	16.942	50.642	7.506	56.938
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa	(16.689)	(13.920)	(113.619)	(17.605)	(1.921)	(362)	(30)	(3.230)	(53)	45.623	(3.847)	(47.974)	(10.432)	(184.059)
Transferência	-	-	11.473	22.223	1	-	-	113	-	-	(33.810)	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos 31 de dezembro de 2014	82.967	216.640	307.430	127.298	13.549	16.396	509	30.079	1.085	(20.239)	213.894	30.222	17.515	1.037.345
Depreciação														
Saldos 31 de dezembro de 2012	-	(27.542)	(224.501)	(44.366)	(30.007)	(16.076)	(301)	(26.569)	(1.020)	-	-	-	-	(370.382)
Depreciação do exercício	-	(7.154)	(17.074)	(5.224)	(611)	(693)	(92)	(1.168)	(29)	-	-	-	-	(32.045)
Baixa	-	-	13.984	-	17.913	1.504	-	667	5	-	-	-	-	34.073
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos 31 de dezembro de 2013	-	(34.696)	(227.591)	(49.590)	(12.705)	(15.265)	(393)	(27.070)	(1.044)	-	-	-	-	(368.354)
Depreciação do exercício	-	(7.942)	(16.293)	(6.242)	(489)	(511)	(49)	(919)	(13)	-	-	-	-	(32.458)
Baixa	-	1.762	76.657	13.813	1.801	362	21	3.228	27	-	-	-	-	97.671
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos 31 de dezembro de 2014	-	(40.876)	(167.227)	(42.019)	(11.393)	(15.414)	(421)	(24.761)	(1.030)	-	-	-	-	(303.141)
Valor residual														
Saldos 31 de dezembro de 2014	82.967	175.764	140.203	85.279	2.156	982	88	5.318	55	(20.239)	213.894	30.222	17.515	734.204
Saldos 31 de dezembro de 2013	99.656	195.864	180.033	73.054	2.715	1.477	146	6.115	71	(45.623)	234.609	27.553	20.441	796.112
Saldos 31 de dezembro de 2012	99.656	90.356	167.207	32.828	3.261	2.067	238	7.071	99	0	340.472	48.483	0	791.738
Taxa média de depreciação anual	0,00%	2,54%	9,07%	9,58%	9,64%	18,68%	18,56%	13,83%	9,52%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	7,62%

Videolar S.A.
Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas em
31 de dezembro de 2014 e 2013

Consolidado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Instalações industriais	Móveis e utensílios	Equipos de processamento de dados	Veículos	Moldes e ferramentas	Equipamentos de telefonia	Provisão para não recuperação (nota 15a)	Imobilizado em andamento (ii)	Importação em andamento	Spare Parts - imobilizado em andamento	Totais
Saldos 31 de dezembro de 2012	99.656	117.898	508.307	81.395	34.550	21.487	1.032	33.644	1.119	-	340.472	48.483	-	1.288.043
Adições	-	-	1.500	32	79	53	-	4	-	(45.623)	84.667	86.714	6.923	134.349
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40.815	-	40.815
Baixa	-	-	(21.271)	(2.866)	(18.409)	(4.064)	(330)	(667)	(4)	-	(29.028)	(102.656)	-	(179.295)
Transferência	-	112.662	28.452	45.450	11	57	-	208	-	-	(161.502)	(45.779)	20.441	-
Mais valia na combinação de negócios	-	220	2	1	5	3	-	-	-	-	-	-	-	231
Saldos 31 de dezembro de 2013	99.656	230.780	516.990	124.012	16.236	17.536	702	33.189	1.115	(45.623)	234.609	27.577	27.364	1.284.143
Adições	-	-	2.014	37	97	21	-	11	23	(55.492)	17.623	50.641	10.856	25.831
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa	(16.689)	(13.920)	(113.626)	(17.605)	(1.932)	(1.269)	(89)	(3.230)	(53)	45.623	(3.847)	(47.998)	(13.377)	(188.012)
Transferência	-	-	13.039	22.223	1	224	-	113	-	-	(38.468)	-	-	(2.868)
Aquisição Innova	2.056	-	475.981	48.831	1.729	5.521	225	-	-	-	14.182	-	-	548.525
Mais valia - Innova (nota 2)	4.252	69.626	94.250	-	1.350	665	(20)	-	-	-	-	-	-	170.123
Mais valia - AMZ	-	(220)	(4.917)	(36)	(22)	(120)	(77)	(4)	-	-	-	-	-	(5.396)
Saldos 31 de dezembro de 2014	89.275	286.266	983.731	177.462	17.459	22.578	741	30.079	1.085	(55.492)	224.099	30.220	24.843	1.832.346
Depreciação														
Saldos 31 de dezembro de 2012	-	(27.543)	(299.920)	(47.374)	(30.957)	(18.952)	(597)	(26.575)	(1.019)	-	-	-	-	(452.937)
Depreciação do exercício	-	(7.154)	(22.836)	(5.329)	(660)	(748)	(106)	(1.168)	(29)	-	-	-	-	(38.030)
Baixa	-	-	22.794	2.280	18.222	3.844	226	667	5	-	-	-	-	48.038
Cisão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mais valia combinação de negócios	-	-1	-526	-	-4	-1	-	-7	-	-	-	-	-	-539
Saldos 31 de dezembro de 2013	-	(34.698)	(300.488)	(50.423)	(13.399)	(15.857)	(477)	(27.083)	(1.043)	-	-	-	-	(443.468)
Depreciação do exercício	-	(7.942)	(26.593)	(6.659)	(555)	(591)	(58)	(918)	(12)	-	-	-	-	(43.328)
Baixa	-	1.763	76.663	13.813	1.813	1.266	79	3.228	27	-	-	-	-	98.652
Aquisição Innova	-	-	(277.868)	(24.911)	(1.035)	(4.506)	(124)	-	-	-	-	-	-	(308.444)
Mais valia combinação de negócios	-	2	965	-	7	2	-	13	-	-	-	-	-	989
Saldos 31 de dezembro de 2014	-	(40.875)	(527.321)	(68.180)	(13.169)	(19.686)	(580)	(24.760)	(1.028)	-	-	-	-	(695.599)
Valor residual														
Saldos 31 de dezembro de 2014	89.275	245.389	456.411	109.282	4.290	2.228	161	5.319	57	(55.492)	224.099	30.220	24.843	1.136.747
Saldos 31 de dezembro de 2013	99.656	196.082	216.502	73.589	2.837	1.679	225	6.106	72	(45.623)	234.609	27.577	27.364	840.675
Saldos 31 de dezembro de 2012	99.656	90.355	208.387	34.021	3.593	2.535	435	7.069	100	-	340.472	48.483	-	835.106
Taxa média de depreciação anual	0,00%	1,30%	12,60%	10,30%	9,90%	19,80%	19,30%	11,90%	9,80%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	7,90%

A Companhia ofereceu bens do seu ativo imobilizado em garantia de financiamentos dos projetos de expansão e atualização tecnológica das linhas de produção, que em 31 de dezembro de 2014 totalizavam R\$113.669 (R\$113.669 em 31 de dezembro de 2013).

Em dezembro de 2014, com a descontinuidade da operação de mídias virgens para controlada AMZ, a Companhia transferiu o imobilizado que era utilizado na operação da AMZ, para propriedade para investimento. O imobilizado foi remensurado ao seu valor justo e reclassificado como propriedade para investimento. Não houve ganho ou perda na remensuração e o valor reclassificado para propriedade para investimento foi de R\$ 24.009.

(a) Teste de redução ao valor recuperável (*Impairment*)

A provisão para perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida em relação às máquinas e equipamentos e peças de reposição da unidade geradora de caixa (UGC) do segmento de mídias virgens, como segue. Em dezembro de 2014, a Videolar descontinuou as atividades da controlada AMZ Mídia S.A.. Após a perda de um dos seus principais clientes, a Companhia, decidiu descontinuar as operações do segmento de mídias gravadas. Os testes de recuperabilidade foram realizados nos ativos da Companhia, e no mês de dezembro a Companhia registrou um *Impairment* no valor de R\$ 35.254 referente seus ativos líquidos a descontinuidade do segmento de mídias gravadas. A contra partida da provisão de *impairment* foi registrada no grupo de despesas administrativas.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2014	2013	2014	2013
<i>Valor do Impairment</i>				
Edificações e Benfeitorias	2.352	-	2.352	-
Máquinas e Equipamentos	7.448	43.993	42.701	43.993
Instalações Industriais	1.744	-	1.744	-
Móveis e Utensílios	209	-	209	-
Equipamentos de Proc.	195	-	195	-
Moldes e Ferramentas	77	-	77	-
Equipamentos de Tele	8	-	8	-
Software Intangível	45	-	45	-
Imobilizado em Andam	165	-	165	-
Partes e peças	7.996	1.630	7.996	1.630
	<u>20.239</u>	<u>45.623</u>	<u>55.492</u>	<u>45.623</u>

A Administração elaborou um plano de reformatação deste segmento para 2014, o que não apresentou resultado e, por isso o total dos ativos deste segmento foram provisionados e a Companhia está descontinuando as operações de Mídias virgens.

16 Intangível

Os detalhes do ativo intangível da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

Controladora

Custo	Software	Marcas, direitos e patentes	Totais
Saldos 31 de dezembro de 2012	10.970	16.688	27.658
Adições	13	-	13
Baixas	-	-	-
Saldos 31 de dezembro de 2013	10.983	16.688	27.671
Adições	289	220	509
Baixas	-	-	-
Saldos 31 de dezembro de 2014	11.272	16.908	28.180
Amortização			
Saldos 31 de dezembro de 2012	(5.201)	(13.908)	(19.109)
Amortização do exercício	(393)	(3)	(396)
Baixas	-	-	-
Saldos 31 de dezembro de 2013	(5.594)	(13.911)	(19.505)
Amortização do exercício	(391)	(2)	(393)
Baixas	-	-	-
Saldos 31 de dezembro de 2014	(5.985)	(13.913)	(19.898)
Valor residual			
Saldos 31 de dezembro de 2014	5.287	2.995	8.282
Saldos 31 de dezembro de 2013	5.389	2.777	8.166
Saldos 31 de dezembro de 2012	5.769	2.780	8.549
Taxa média de amortização anual	0,5%	0,5%	0,5%

Consolidado

Custo	Relacionamento com Clientes e Contrato com Fornecedores				Totais
	Software	Marcas, Direitos e Patentes	Ágio	(i)	
Saldos 31 de dezembro de 2012	19.698	16.688	8.804	-	45.190
Adições	8	-	5	-	13
Baixa	(215)	-	-	-	(215)
Transferência	5	-	(5)	-	-
Mais valia na combin. de negócio	(231)	-	-	-	(231)
Saldos 31 de dezembro de 2013	19.265	16.688	8.804	-	44.757
Adições	2.816	218	-	-	3.034
Aquisição Innova	10.330	21	143.599	169.252	323.202
Baixas	(2.772)	-	(8.804)	-	(11.576)
Transferência	-	-	-	-	-
Mais valia na combin. de negócio	(2.884)	-	-	-	(2.884)
Saldos 31 de dezembro de 2014	26.755	16.927	143.599	169.252	356.533
Amortização					
Saldos 31 de dezembro de 2012	(8.389)	(13.908)	-	-	(22.297)
Amortização do exercício	(2.539)	(3)	-	-	(2.542)
Baixa	205	-	-	-	205
Transferência	-	-	-	-	-
Mais valia na combin. de negócio	(1.442)	-	-	-	(1.442)
Saldos 31 de dezembro de 2013	(12.165)	(13.911)	-	-	(26.076)
Amortização do exercício	(2.291)	(2)	-	-	(2.293)
Aquisição Innova	(7.370)	-	-	-	(7.370)
Baixa	2.771	-	-	-	2.771
Transferência	-	-	-	-	-
Mais valia na combin. de negócio	2.403	-	-	-	2.403
Saldos 31 de dezembro de 2014	(16.652)	(13.913)	-	-	(30.565)
Valor residual					
Saldos 31 de dezembro de 2014	10.103	3.014	143.599	169.252	325.968
Saldos 31 de dezembro de 2013	7.100	2.777	8.804	-	18.681
Saldos 31 de dezembro de 2012	11.309	2.780	8.804	-	21.893
Taxa média de amortização anual	0,50%	0,50%	0,00%	0,00%	0,50%

- (i) O saldo de relacionamento com cliente e fornecedores é composto por: relacionamento com clientes estireno - R\$ 54.514; relacionamento com clientes poliestireno - R\$ 20.712; contrato com fornecedor - R\$ 93.270 e patentes industriais - R\$ 885 - nota 2.

a. Teste de redução ao valor recuperável (Impairment)

Em atendimento às exigências do CPC 01 - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2014, os quais foram estimados com base nos valores em uso, utilizando os fluxos de caixa descontados, e evidenciaram que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação, assim como, no decorrer do período, não houve quaisquer evidências de perda de valor de ativos individuais ou grupo de ativos relevantes. Eventuais impactos de perda de recuperabilidade são destacados em nota explicativa, quando relevantes.

17 Empréstimos e financiamentos

Instituição Financeira	Encargos	Garantias	Vencimento	Controladora	
				2014	2013
Banco do Brasil Intern.	(i) Libor+1,20a.a.	Aval	21/12/2015	80.048	121.801
Banco Bradesco N.Y.	(ii) Libor+0,55%a.a.	Aval	26/10/2015	63.791	39.591
Banco Bradesco Europa	(ii) Libor+3,25%a.a.	Nota Promissória	24/07/2019	137.168	170.059
BNDES	(iii) TJLP+2,12%a.a.	Imóveis	15/10/2017	74.045	88.570
Banco Santander	(iv) Libor+1,08%a.a.	Aval	08/04/2015	41.499	-
Banco Hsbc	(v) VC+4,96%a.a.	Aval+Alien Fiduc	20/10/2020	317.227	-
Banco Citibank	(vi) Libor+3,50%a.a.	Aval+Alien Fiduc	20/10/2020	267.737	-
				981.515	420.021
Passivo Circulante				245.314	208.045
Passivo não circulante				736.201	211.976
Instituição Financeira	Encargos	Garantias	Vencimento	Consolidado	
				2014	2013
Banco do Brasil Intern.	(i) Libor+1,20a.a.	Aval	21/12/2015	80.048	121.801
Banco Bradesco N.Y.	(ii) Libor+0,55%a.a.	Aval	26/10/2015	63.791	39.591
Banco Bradesco Europa	(ii) Libor+3,25%a.a.	Nota Promissória	24/07/2019	137.168	170.059
BNDES	(iii) TJLP+2,12%a.a.	Imóveis	15/10/2017	74.045	88.570
Banco Santander	(iv) Libor+1,08%a.a.	Aval	08/04/2015	41.499	-
Banco Hsbc	(v) VC+4,96%a.a.	Aval+Alien Fiduc	20/10/2020	317.227	-
Banco Citibank	(vi) Libor+3,50%a.a.	Aval+Alien Fiduc	20/10/2020	267.737	-
Banrisul	Libor+0,95%a.a.	n/a	08/05/2015	16.105	-
				997.620	420.021
Passivo Circulante				261.419	208.045
Passivo não circulante				736.201	211.976

- (i) Em 27 Dezembro de 2014, a Videolar renegociou o contrato de empréstimo(Finimp) cujas taxas de juros passaram a ser de Libor(0,6278) + 1,41 a.a, com vencimento para 21/12/2015 referente aquisição de matéria - prima para o processo produtivo de Resinas Plasticas.

- (ii) Em 31 Outubro de 2014, a Videolar celebrou com o Banco Bradesco contrato de linha de crédito internacional (Finimp), no valor de US\$ 23.975, vencimento para 26/10/2015, com taxa de juros de Libor (0,3233) + 0,55 a.a, referente aquisição de matéria - prima para o processo produtivo de Resinas Plásticas

(iii) **BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**

No exercício de 2010, a Companhia adquiriu uma linha de crédito junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante de R\$ 84.100. Em abril de 2012, foi disponibilizado o saldo remanescente de R\$ 500, completando os R\$ 84.100 tomados durante este período.

Esse financiamento tem como finalidade a expansão e a construção de uma nova unidade industrial para produção dos filmes de polipropileno bio-orientado (BOPP), além da aquisição de máquinas e equipamentos nacionais. Os imóveis dados em garantia somam o valor de R\$ 113.669.

- (iv) Em 10 Outubro de 2014, a Videolar celebrou com o Banco Santander contrato de linha de crédito internacional (Finimp), no valor de US\$ 7.267, vencimento para 08 de abril de 2015, com taxa de juros de Libor (0,32415) + 1,0791, a.a, referente aquisição de matéria - prima para o processo produtivo de Resinas Plásticas.
- (v) Em 07 de Outubro de 2014, a Videolar celebrou com o Banco HSBC contrato de Crédito, no valor de R\$ 300.000 com vencimento 25 de Outubro de 2020, pagamentos de juros semestrais e carência de dois anos para pagamento de principal, com taxa de juros de 4,96% a.a. Os recursos oriundos da captação serão destinados exclusivamente para pagamento de parte do preço de aquisição da Innova.

O contrato possui obrigações relacionadas a indicadores financeiros (*covenants*) medidos com base nos índices de dívida financeira líquida dividida por Ebitda e o índice de dívida total dividida pelo patrimônio líquido.

A Companhia apresentou conformidade com os *covenants* em 31 de dezembro de 2014.

- (vi) Em 26 de Setembro de 2014, a Videolar celebrou com o Banco Citibank contrato de Crédito, no valor de USD 100.004 com vencimento 25 de Outubro de 2020, pagamentos de juros trimestrais e carência de três anos para pagamento de principal, com taxa de juros de Libor + 3,50% a.a. Os recursos oriundos da captação serão destinados exclusivamente para pagamento de parte do preço de aquisição da Innova.

O contrato possui obrigações relacionadas a indicadores financeiros (*covenants*) medidos com base nos índices de dívida financeira líquida dividida por Ebitda, que serão aplicáveis a partir de um ano da assinatura do contrato, que ocorreu em 23 de outubro de 2014

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2014 e 2013 apresentam os seguintes cronogramas de vencimentos:

	Controladora / Consolidado	
	2014	2013
2016	286.122	54.122
2017	203.371	54.122
2018	83.967	54.122
2019	66.561	49.610
2020	58.775	-
2021	37.405	-
	736.201	211.976
Passivo não circulante	736.201	211.976

18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Fornecedores nacionais	11.810	2.149	44.433	11.666
Fornecedores distribuídas	-	-	328	314
Fornecedores estrangeiros	230.416	171.618	238.076	172.110
Fornecedores partes relacionadas (Nota 30)	-	33	-	883
	242.226	173.800	282.837	184.973
	242.226	173.800	282.837	184.973

19 Cessão de direitos autorais

	Videolar		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Fox	-	-	11.199	22.965
Paramount	-	-	50.276	53.492
Sony Pictures	-	-	4.274	5.704
Warner	-	-	107.845	149.739
Bretz Filmes	-	-	433	340
Universal	-	-	1.337	1.067
Europa	-	-	563	4.545
LW	-	-	-	256
EMI	-	-	221	262
Alpha Filmes	-	-	5	41
Vinny Filmes	-	-	138	748
Videofilmes	192	192	192	192
Outros	-	-	8.873	11.242
	192	192	185.356	250.593
	192	192	185.356	250.593

Para a consecução de seus objetivos sociais, especificamente na fabricação de soluções para a indústria fonográfica e cinematográfica, são firmados contratos de licenciamento (cessão de direitos) para a concessão de direitos autorais e direitos de reprodução e duplicação de CDs e DVDs, entre outros. Em contraprestação, a Controlada AMZ paga às licenciadoras remunerações calculadas sobre os resultados obtidos nas vendas dos produtos.

20 Provisão para contingências e depósitos judiciais

O Grupo no curso normal de suas operações, está envolvida em ações judiciais sobre questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais, pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

Provisão para contingências	Controladora			
	Tributárias	Trabalhista	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	11.445	1.753	586	13.784
(+) Complemento de provisão	9.334	691	77	10.102
(-) Baixa provisão	(667)	(1.529)	(135)	(2.331)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	20.112	915	528	21.555
(+) Complemento de provisão	35.996	649	8	36.653
(-) Baixa provisão	(42.329)	(671)	(31)	(43.031)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	13.779	893	505	15.177

Provisão para contingências	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhista	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	11.445	1.753	586	13.784
(+) Complemento de provisão	9.388	691	77	10.156
(-) Baixa provisão	(667)	(1.529)	(135)	(2.331)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	20.166	915	528	21.609
(+) Complemento de provisão	37.742	2.081	40	39.863
(-) Baixa provisão	(42.646)	(671)	(31)	(43.348)
(+) Mais valia - Innova (nota 2)	-	59.770	-	59.770
Saldos em 31 de dezembro de 2014	15.262	62.095	537	77.894

Os principais processos são comentados a seguir:

Processos tributários

A provisão para contingências tributárias no montante de R\$ 15.262 (em 2013 R\$ 20.166) refere-se, à contestação pela Companhia da cobrança de PIS e COFINS sobre receitas auferidas na Zona Franca de Manaus, e autos de infração relacionados à ICMS, e honorários advocatícios. A Companhia figura no polo passivo em processos judiciais ou administrativos, que envolvem outros tributos, tais como PIS, IPI, ICMS, IR, contribuições previdenciárias, no valor total de R\$3.008, cujo prognóstico é de perda possível, e não estão provisionados.

Processos trabalhistas

A provisão para contingências trabalhistas corresponde a perdas estimadas com base em análise individual de 122 processos de reclamações trabalhistas, principalmente relacionados a horas extras. Quanto a mais valia identificada, foi apurada no relatório de PPA a existência de eventos passados e o seu valor justo mensurado com confiabilidade foi de R\$ 59.770.

A Videolar figura no polo passivo de ações trabalhistas, no valor total de R\$ 62.095 (em 2013 R\$ 915), para os quais a perda é possível e que, portanto, estão devidamente provisionados. Ademais, a Companhia figura no polo passivo de ações trabalhistas, no valor total de R\$ 5.216, para os quais a perda é considerada possível, e não estão provisionados.

Processos cíveis

A provisão para contingências cíveis corresponde a perdas estimadas relativas a 46 processos envolvendo principalmente discussões comerciais, sendo a principal delas destacada abaixo:

Banco Fortis

Em junho de 2008, a Companhia contratou uma linha de crédito junto ao Banco Fortis no montante de EURO 20.400. Essa linha de crédito tinha por característica o financiamento direto do Banco Fortis à Darlet Merchant Technologies S.A. (“Darlet”), fornecedor responsável pela entrega à Companhia de máquinas e equipamentos para a nova linha de produção de BOPP.

Até 31 de dezembro de 2009, o Banco Fortis havia liberado o montante de EURO 15.811 mil para pagamento à Darlet.

Em março de 2010, a Companhia foi notificada sobre o processo judicial de falência do fornecedor Darlet. No segundo semestre de 2009 o Banco Fortis Bank NV/AS foi adquirido pelo Banco BNP Paribas.

Em 31 de janeiro de 2011, o Banco BNP Paribas encaminhou uma carta solicitando o pagamento da primeira parcela no valor de EURO 1.695 mil. Por meio dos seus assessores jurídicos na França, Sonier & Associates, a Companhia rejeitou o pedido de pagamento levando em consideração que todos os adiantamentos pagos por 5 anos do Banco Fortis para Darlet foram feitos em violação do Acordo de Crédito não havendo, portanto, nenhuma obrigação de pagamento dos adiantamentos realizados pelo Banco BNP Paribas. Essa rejeição é baseada no artigo 5 do Acordo de Crédito, nos termos do qual o credor, ou seja, o Banco Fortis deveria fazer adiantamentos para a Companhia por meio do pagamento para a Darlet.

Em 31 de dezembro de 2010, a Administração da Companhia, suportada pela opinião legal de seus assessores jurídicos, efetuou os seguintes ajustes contábeis:

	31/12/2010
Baixa do adiantamento a fornecedor em função da falência decretada	(43.858)
Baixa do passivo devido à probabilidade de desembolso ao Banco Fortis ser remota	<u>36.163</u>
Perda líquida reconhecida em outras despesas operacionais	<u><u>(7.695)</u></u>

Em novembro de 2011, a Videolar foi notificada pelo BNP Paribás quanto a abertura de processo de arbitragem na International Court of Arbitration of the International Chamber of Commerce (“ICC”), em Paris, na França, visando a cobrança dos recursos liberados e dos juros incorridos no período, os quais foram estimados em EUR 18.715.

Conforme opinião dos assessores jurídicos, a Videolar possui bons argumentos a serem apresentados no processo de arbitragem, sendo as chances de êxito deste processo avaliadas como possíveis. O processo de arbitragem está em fase de instrução.

A Companhia figura no polo passivo de ações cíveis, no valor total de R\$ 537, para os quais a perda é provável e que, portanto, estão devidamente provisionados. Ademais, a Companhia figura no polo passivo de ações cíveis, no valor total de R\$ 3.032, para as quais a perda é considerada possível em R\$ 153 e considerado perda provável para R\$ 3.938.

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados, classificados no grupo de ativo não circulante.

Controladora				
Depósitos judiciais	Tributárias	Trabalhista	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	15.969	463	11	16.443
(+) Complemento de provisão	269	400	89	758
(-) Baixa provisão	(590)	(515)	(81)	(1.186)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	15.648	348	19	16.015
(+) Complemento de provisão	702	226	11	939
(-) Baixa provisão	(1.093)	(262)	(5)	(1.360)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	15.257	312	25	15.594

Consolidado				
Depósitos judiciais	Tributárias	Trabalhista	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	15.969	463	11	16.443
(+) Complemento de provisão	368	400	90	858
(-) Baixa provisão	(651)	(515)	(81)	(1.247)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	15.686	348	20	16.054
(+) Complemento de provisão	9.607	576	10	10.193
(-) Baixa provisão	(1.093)	(262)	(5)	(1.360)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	24.200	662	25	24.887

21 Investimentos a pagar

	Controladora/ Consolidado	
	2014	2013
<i>Innova S.A.</i>		
Parcela vencível nos próximos 12 meses (i)	133.784	-
 <i>AMZ Midia Industrial S.A.</i>		
Parcela vencível nos próximos 12 meses	-	11.875
	133.784	11.875

- (i) O contrato de aquisição da Innova previa um cálculo de ajuste de preço, entre a data inicial da negociação (que ocorreu em 30 de setembro de 2013) até o momento da aprovação pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica e a efetiva realização da operação, que ocorreu em 31 de outubro de 2014. O passivo assumido, referente a esse ajuste de preço, é de R\$222.974 e tem pagamento previsto para o final do mês de março de 2015. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo do passivo dos 60% da Videolar referente ao ajuste de preço totaliza R\$133.784(i) / nota 2.

22 Royalties a pagar

Em 31 de dezembro de 2014, consta registrada uma provisão de R\$ 7.110 (R\$ 6.190 em 2013) na Controladora, e R\$ 10.330 (R\$ 7.668 em 2013) no consolidado referentes aos contratos de Royalties.

23 Patrimônio líquido

a. Capital social

- (i) Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da Companhia está representado por 668.997 ações ordinárias, 261.279 ações preferenciais classe “A”, totalizando 930.276 ações.
- (ii) As ações preferenciais não têm direito a voto nas deliberações da assembleia geral.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes de custo atribuído (deemed cost), líquidos do imposto de renda e da contribuição social diferidos foram registrados em contrapartida da rubrica de Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido, em 1º de janeiro de 2009, e são realizados, líquidos de impostos, quando da depreciação ou venda dos ativos.

c. Reserva legal

Devido ao prejuízo do exercício, não houve constituição de reserva legal.

d. Dividendos

Em 2014 não houve base para distribuição de dividendos, devido ao prejuízo do exercício.

Dividendos das controladas:

A Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 09 de abril de 2014, altera o antigo artigo 35, atual 28 do Estatuto Social, determinando em sua alínea “b”, a previsão de pagamento de dividendos ao acionista detentor de ações preferenciais de classe A, em duas parcelas, sendo uma de R\$ 5.000 em 25 de março de 2014 e outra de R\$ 10.000 em 09 de abril de 2014.

A Innova, em 17 de dezembro de 2014, realizou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio no valor de R\$23.404, a título de antecipação de dividendos.

24 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receita operacional bruta	879.152	794.122	1.178.523	794.122
Créditos de incentivos fiscais (nota 31)	75.275	78.249	118.894	131.567
Impostos sobre as receitas	(115.397)	(100.725)	(224.691)	(154.044)
Devoluções	(18.169)	(16.165)	(18.764)	(16.164)
Receita operacional líquida	820.861	755.481	1.053.962	755.481

25 Custos das vendas

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Custo dos produtos vendidos	(540.698)	(557.624)	(493.122)	(304.577)
Custo de mercadoria vendidas	(16.540)	(18.702)	(29.962)	(37.979)
Custo de serviços aplicados	-	-	-	-
Gastos gerais de fabricação	(119.817)	(133.407)	(147.590)	(163.371)
Despesas com direitos autorais	-	-	(178.640)	(229.708)
Outros	(35.470)	83.856	(57.461)	109.758
	(712.525)	(625.877)	(906.775)	(625.877)

26 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Despesas de folha de pagamento	21.240	38.225	21.441	38.225
Depreciação	10.502	10.671	10.502	12.652
Energia elétrica	4.135	7.949	4.135	7.949
Impostos e taxas	866	7.349	866	7.349
Provisões	(40.325)	38.507	(40.325)	38.507
Honorários advocatícios	2.567	1.529	2.568	1.529
Conservação de ativos	2.502	4.990	2.502	4.990
Despesas de viagens	798	1.049	798	1.049
Fretes e carretos	6.090	7.069	6.089	7.069
Manutenção e reparos	2.106	2.187	1.848	2.187
Consultoria e assessoria	4.006	112	6.085	112
Material promocional	32	9.575	32	9.575
Outros	3.636	(4.128)	1.815	(4.126)
	18.155	125.084	18.356	127.067

27 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Venda de ativo	1.060	1.558	1.060	1.558
Perdas e ganhos com baixa de ativo	(49.951)	(5.075)	(49.955)	(5.075)
Ganhos com sinistro	20	5.368	21	5.368
Venda de sucata	4.311	7.705	4.313	7.705
Rebates Indedutíveis	-	(1.827)	-	(1.827)
Indenizações	317	19.045	317	19.045
Outros	728	3.557	3.541	3.557
	(43.515)	30.331	(40.703)	30.331

Os valores de perdas e ganhos na baixa de ativos do segmento de mídias virgens na controladora e mídias gravadas no consolidado refletem líquido de R\$ 49.951.

28 Receita (despesas) financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras				
Juros e ganhos em aplicações financeiras	4.169	1.783	4.790	1.784
Variação monetária	2.863	4.582	2.861	4.581
Descontos obtidos	611	1.106	612	1.106
Outros	-	-	460	-
	7.643	7.471	8.723	7.471

Videolar S.A.
*Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas em
31 de dezembro de 2014 e 2013*

Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(16.127)	(5.810)	(16.739)	(5.810)
Descontos concedidos	(1.471)	(644)	(2.145)	(645)
Despesas bancárias	(965)	(2.318)	(967)	(2.416)
Outras	(31)	(635)	(362)	(635)
	<u>(18.594)</u>	<u>(9.407)</u>	<u>(20.213)</u>	<u>(9.506)</u>
Variações cambiais, líquidas				
Variações cambiais ativas	76.859	53.516	78.062	53.516
Varição cambial passiva	(126.031)	(84.466)	(127.832)	(84.466)
	<u>(49.172)</u>	<u>(30.950)</u>	<u>(49.770)</u>	<u>(30.950)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(60.123)</u>	<u>(32.886)</u>	<u>(61.260)</u>	<u>(32.985)</u>

29 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2014	2013	2014	2013
Provisão para perdas de ativos	6.790	8.535	6.790	8.535
Provisão para contingências	5.023	4.074	5.023	4.074
Prejuízo fiscal	11.169	15.512	11.169	15.512
Outras provisões	1.196	1.821	1.196	1.821
Subtotal ativo	<u>24.178</u>	<u>29.942</u>	<u>24.178</u>	<u>29.942</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes na adoção dos CPCs:				
Valor justo dos edifícios e terrenos	(40.814)	(40.898)	(40.814)	(40.898)
Revisão da vida útil dos ativos imobilizados	(4.401)	(9.342)	(4.401)	(9.342)
Valor Justo Passivo fiscal Diferido (innova)	-	-	(104.352)	-
Outras provisões	-	-	(4.011)	-
Subtotal passivo	<u>(45.215)</u>	<u>(50.240)</u>	<u>(153.578)</u>	<u>(50.240)</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivo, líquido	<u>(21.037)</u>	<u>(20.298)</u>	<u>(129.400)</u>	<u>(20.298)</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferido são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

b. Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Resultado antes do imposto de renda e contr. social	91.490	(9.656)	82.557	(9.664)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social/ (Despesa de imposto de renda e contribuição social) pela alíquota combinada	<u>(31.406)</u>	<u>3.283</u>	<u>(28.069)</u>	<u>3.286</u>
Equivalência Patrimonial	4.090	5.552	4.090	5.552
Adições permanentes	26.131	13.815	26.280	13.892
Incentivos de Subvenções	(28.427)	(28.790)	(43.257)	(46.918)
Outros	28.872	25.531	44.109	43.579
	<u>(740)</u>	<u>19.391</u>	<u>3.153</u>	<u>19.391</u>
Alíquota efetiva	0%	0%	4%	0%
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	3.153	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>(740)</u>	<u>19.391</u>	<u>(1.007)</u>	<u>19.391</u>

c. Impostos de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Imposto de renda	950	950	6.943	950
Contribuição social	1.610	2.001	3.380	2.001
	<u>2.560</u>	<u>2.951</u>	<u>10.323</u>	<u>2.951</u>

d. Regime tributário de transição

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (“RTT”) instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, por meio do qual as apurações do IRPJ, da CSLL, da contribuição para o PIS e da COFINS, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007.

Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.941/09 foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com o pronunciamento CPC 32 - Tributos sobre o lucro. A Companhia consignou referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (“DIPJ”) no ano de 2009.

30 Informações sobre partes relacionadas

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração anual global dos administradores, incluindo os honorários dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores, foi fixada em até R\$ 3.000, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 21 de março de 2014.

A remuneração total dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 1.740 (R\$ 1.147 em 2013).

Os referidos gastos foram contabilizados na rubrica de despesas gerais e administrativas na demonstração de resultado.

A Administração efetuou transações com partes relacionadas, conforme demonstrado abaixo:

Controladora 2014			
	Ativos	Passivos	Vendas/ Compras
AMZ Mídia Industrial S.A.	706	-	7.821
M. L. Parisotto	365	-	4.345
	1.071	-	12.166
Controladora - 2013			
	Ativos	Passivos	Vendas/ Compras
AMZ Mídia Industrial S.A.	534	33	4.055
Microservice Tecnologia Digital da Amazônia Ltda	12.141	11.875	8.233
M. L. Parisotto	-		278
	12.675	11.908	12.566
Consolidado - 2014			
	Ativos	Passivos	Vendas/ Compras
M.L. Parisotto	365	-	4.345
	365	-	4.345

	Consolidado - 2013		
	Ativos	Passivos	Vendas/ Compras
AMZ Mídia Industrial S.A.	-	(883)	-
M.L. Parisotto EPP	-	-	278
Microservice Tecnologia Digital da Amazônia Ltda	9.013	(25.064)	7.776
	9.013	(25.947)	8.054

	Controladora		Consolidado	
Ativo	2014	2013	2014	2013
Contas a receber (Nota 10)	853	12.599	365	8.937
Outras contas a receber	218	76	-	76
Total de ativos	1.071	12.675	365	9.013

	Controladora		Consolidado	
Passivo	2014	2013	2014	2013
Fornecedores (nota 18)	-	33	-	(883)
Outras obrigações	-	-	-	-
Investimentos a pagar (nota 21)	-	(11.875)	-	(11.875)
Dividendos	-	-	-	(13.189)
	-	(11.908)	-	(25.947)

As transações acima foram efetuadas conforme condições contratuais estabelecidas entre as partes.

31 Incentivos fiscais

	Controladora		Consolidado	
Incentivo	2014	2013	2014	2013
Benefício fiscal do ICMS na saída de bens intermediários - operações continuadas (nota 24)	75.275	78.249	118.894	131.567
Benefício fiscal do ICMS na saída de bens intermediários - operações descontinuadas	8.336	16.824	8.336	16.824
	83.611	95.073	127.230	148.391

32 Operações descontinuadas

Em 2014, o Grupo descontinuou seu segmento de Mídias Virgens, e também o segmento de Mídias Gravadas, que operava por meio da empresa AMZ Mídia S.A., seguindo uma decisão estratégica em focar seus negócios no ramo petroquímico e de plástico.

Nenhum dos segmentos era anteriormente classificado como uma operação descontinuada ou como mantido para venda. A demonstração de resultados do período comparativo está sendo reapresentada para apresentar a operação descontinuada separadamente das operações continuadas.

(a) Resultado líquido de operações descontinuadas - Mídias Virgens

	2014	2013
Receitas	136.330	246.793
Despesas	<u>(198.395)</u>	<u>(276.265)</u>
Resultado do exercício	<u>(62.065)</u>	<u>(29.472)</u>

(b) Resultado líquido de operações descontinuadas - Mídias Gravadas

	2014	2013
Receitas	327.671	401.411
Despesas	<u>(351.807)</u>	<u>(385.074)</u>
Resultado do exercício	<u>(24.136)</u>	<u>(16.337)</u>

(c) Fluxo de caixa de (usado em) operações descontinuadas - Mídias Gravadas

	2014	2013
Caixa líquido utilizado em atividades operacionais	8.838	46.368
Caixa líquido das atividades de investimento	(3.370)	(7.083)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento	<u>(15.000)</u>	<u>(5.545)</u>
Caixa líquido proveniente de (usado em) operações descontinuadas	<u>(9.532)</u>	<u>33.740</u>

O resultado consolidado das operações descontinuadas são, como segue:

	2014	2013
Receitas Mídias Virgens e Mídias Gravadas	464.001	648.204
Despesas Mídias Virgens e Mídias Gravadas	<u>(550.202)</u>	<u>(661.339)</u>
Caixa líquido proveniente de (usado em) operações descontinuadas	<u>(86.201)</u>	<u>(13.135)</u>

33 Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento dos riscos financeiros

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- (i) Risco de crédito
- (ii) Risco de liquidez
- (iii) Risco de mercado
- (iv) Risco operacional
- (v) Risco de capital

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos mencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

b. Estrutura de gerenciamento de risco

Os principais fatores de risco a que o Grupo está exposto refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais são endereçados pelo modelo de gestão do Grupo.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pelo Grupo. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia.

O Grupo possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que, esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios.

(i) Risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do período de relatório foi:

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito está apresentado a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	251.107	86.740	140.337	21.964
Clientes	549.199	371.165	122.321	160.610
Outros recebíveis	13.355	28.646	3.645	19.573
	813.661	486.551	266.303	202.147

A Administração entende que não há risco de crédito significativo ao qual a Companhia e sua controlada estão expostas, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

Com relação à estimativa de perda para liquidação duvidosa, o detalhamento está contido na Nota Explicativa nº 10 - Contas a Receber.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele em que o Grupo possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

A seguir, são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação:

	Consolidado				
	Valor contábil	Até 1 ano	1-2 anos	2-4 anos	Acima de 4 anos
Empréstimos e financiamentos	997.622	261.421	489.493	150.528	96.180
Fornecedores	283.325	283.325	-	-	-
Investimentos a pagar	133.784	133.784	-	-	-
Royalties a pagar	10.330	10.330	-	-	-
Cessão de direitos a pagar	185.356	185.356	-	-	-
	1.610.417	874.216	489.493	150.528	96.180

Não é esperado que os fluxos de caixa apresentados acima sejam antecipados significativamente.

(iii) Risco de mercado

a. Risco com taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros (ativos) da Companhia é remunerado pela CDI de 75% a 100%.

	Consolidado	
<i>Instrumento de taxa variável</i>	2014	2013
Ativos financeiros	-	-
Aplicação financeira	228.979	45.270
	228.979	45.270

Análise de sensibilidade à variação da taxa da CDI

A Companhia em seus números consolidados possui aplicações financeiras indexadas à variação da CDI. Em 31 de dezembro de 2014, a Controladora apresentava recebíveis no valor de R\$ 133.958, quanto no Consolidado um total de R\$ 228.979.

A expectativa de mercado indicava uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 10,75% cenário provável para o ano de 2014, ante a taxa efetiva de 8,06% verificada no ano de 2013.

	Consolidado		
	Cenário provável	Cenário I - de 25%	Cenário II - de 50%
Taxa efetiva anual da CDI de 2014	11,57%	11,57%	11,57%
Aplicações financeiras	228.979	228.979	228.979
Taxa anual estimada da CDI 12 meses	12,82%	9,62%	6,41%
Efeito no instrumento financeiro:			
Aumento / (Redução)	2.862	(4.465)	(11.815)

b. Risco de taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade de o Grupo vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam ou aumentem valores captados no mercado. Está demonstrada a seguir exposição, por moeda, em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a qual considera os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos e das disponibilidades:

	Consolidado		Consolidado		
	2014		2013		
	Valor nominal moeda estrangeira	R\$	Valor nominal moeda estrangeira	R\$	
Empréstimo Bradesco	USD	23.975	63.791	16.900	39.591
Empréstimo B.Brasil	USD	30.122	80.048	51.988	121.801
Empréstimo Santander	USD	15.561	41.499	-	-
Empréstimo Citibank	USD	100.004	267.737	-	-
Empréstimo HSBC	USD	112.943	317.227	-	-
Fornecedores Estrangeiros	USD	81.050	215.289	67.711	158.620
Empréstimo Bradesco	EURO	42.362	137.168	52.716	170.059
Fornecedores Estrangeiros	EURO	4.688	15.127	4.037	13.025
Fornecedores Estrangeiros	CHF	-	-	4	10

Os ganhos e perdas envolvendo essas operações são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica de resultado financeiro.

O Grupo não tem nenhum instrumento derivativo para minimizar esse risco, bem como monitora continuamente a volatilidade das taxas de câmbio.

Análise de sensibilidade cambial

A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2014. O Grupo considerou os cenários abaixo para volatilidade do Real paridade Dólar e Euro.

Para as operações cambiais com risco de flutuação do Dólar, a partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2014 de R\$2,6562 por US\$ \$1,00, foram estimados os seguintes efeitos para os quatro cenários sendo:

- Cenário 1: (25% de valorização do real);
- Cenário 2: (50% de valorização do real);
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real); e
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real).

Risco: Flutuação do dólar

Consolidado					
Valor de referência US\$	Receita (Despesa) com Variação Cambial				
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4	
	1,992	1,3281	3,3203	3,9843	
Empréstimo Bradesco	23.975	47.758	31.841	79.604	95.524
Empréstimo B.Brasil	30.122	60.003	40.005	100.014	120.015
Empréstimo Santander	15.561	30.998	20.667	51.667	62.000
Empréstimo Citibank	100.004	199.208	132.815	332.043	398.446
Empréstimo HSBC	112.943	224.982	150.000	375.005	449.999
Fornecedores Estrangeiros	81.050	161.452	107.643	268.110	322.928

Para as operações cambiais com risco de flutuação do EURO, a partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2014 de R\$3,2270 por EUR \$1,00, foram estimados os seguintes efeitos para os quatro cenários sendo:

- Cenário 1: (25% de valorização do real);
- Cenário 2: (50% de valorização do real);
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real); e
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real).

Risco: Flutuação do euro

	Valor de referência Euro	Consolidado			
		Receita (Despesa) com Variação Cambial			
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Empréstimo Bradesco	42.362	2.4203	1.6135	4.0338	4.8405
Fornecedores Estrangeiros	4.688	102.529	68.351	170.880	205.053
		11.346	7.564	18.910	22.692

(iv) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura do Grupo e de fatores externos, excetos riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias.

A Companhia tem como objetivo a manutenção constante atualização de seus processos, minimizando, assim, os riscos operacionais e conseqüentemente reduzindo os eventuais impactos no fluxo financeiro, e danos à sua reputação buscando eficácia de custos para evitar qualquer restrição operacional.

(v) Risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de assegurar suas atividades normais, além de manter uma estrutura de capital adequada para oferecer retornos aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Mensurações de valor justo

Os ativos e passivos financeiros do Grupo podem sofrer variação de seu valor contábil. A tabela abaixo é uma comparação por classe do valor contábil e seu valor justo ("Fair Value"):

	Valor contábil		Valor justo	
	Controladora/Consolidado		Controladora/ Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	22.128	86.740	22.128	86.740
Aplicações financeiras	-	-	-	-
Contas a receber	549.199	371.165	549.199	371.165
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	16.584	2.951	16.584	2.951
Impostos a recuperar	26.229	53.580	26.229	53.580
Total	<u>614.140</u>	<u>514.436</u>	<u>614.140</u>	<u>514.436</u>
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	997.622	420.021	997.622	420.021
Fornecedores	283.325	184.973	283.325	184.973
Obrigações fiscais	12.801	3.052	12.801	3.052
Total	<u>1.293.748</u>	<u>608.046</u>	<u>1.293.748</u>	<u>608.046</u>

O valor justo representa o valor pelo qual o ativo/passivo poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas e negociar.

O Grupo Videolar usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos ativos e passivos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Gerenciamento de capital

Um dos objetivos da administração do Grupo é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

	Controladora/ Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos e Financiamentos	997.622	420.021
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(22.128)	(86.740)
Dívida Líquida	975.494	333.281
Patrimônio Líquido	622.652	702.897
Patrimônio Líquido e dívida líquida	1.598.146	1.036.178

34 Cobertura de seguros

Tipo de cobertura	Valor total segurado
Danos patrimoniais e perdas de receita	634.066
Responsabilidade civil	15.000
Seguro de cargas	1.300
Vida	480

35 Arrendamentos operacionais

Os compromissos referem-se, basicamente, a contratos de locação de imóveis como apartamentos para uso de funcionários e projetos, locação do Centro de Distribuição e do Duto instalado entre o porto da Petrobras até a Videolar levando o monômero de estireno para dentro dos silos na unidade IV em Manaus.

Os contratos de locação de equipamentos referem-se à locação de cilindro para nitrogênio, locação de empilhadeira da unidade III e locação de firewall, roteadores e servidor.

Abaixo o quadro com os vencimentos dos contratos e previsão de renovação:

	Valor aluguel mensal (R\$)	Vencimento do contrato
Máquinas e Equipamentos		
Petrobrás	25	21/12/2015
Ozonio Telecomunicações	4	Indeterminado
WhiteMartins	3	Indeterminado

Os desembolsos dos compromissos de locações previstos para os próximos anos, considerando a renovação dos contratos vincendos, são:

2015	390
2016	399

* * *

Diretoria

Lírio Albino Parisotto - Diretor-presidente e residente Manaus
Carmo Bernardi Caparelli - Diretor de operações
Claudio Rocha Filho - Diretor comercial
Alexandre Cesar Innecco - Diretor administrativo-financeiro

Conselho de Administração

Lírio Albino Parisotto
Elie Linetzky Waitzberg
Tania Maris Vanin Parisotto
Phillip Wojdyslawski

Contador

Fabricio Santos Debortoli
CRC SC 25.570/O-0